 

Relação entre Movimentos Sociais, Educação do Campo e Poder Público Municipal no contexto de Abaetetuba – PA

***Relationship between Social Movements, Rural Education and municipal public power in the contexto of Abaetetuba – PA***

Rosenildo da Costa Pereira1

*Secretaria Municipal de Educação (SEMEC-Abaetetuba- PA)*

Josiele Rodrigues Pereira 2

*Secretaria Municipal de Educação (SEMEC-Abaetetuba- PA)*

# RESUMO

O presente artigo é resultado de pesquisa de campo e bibliográfica que investigou como vem se dando a participação dos movimentos sociais do campo, em específico o Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA) com o Poder Público Municipal de Abaetetuba, entre os quais citamos: Secretaria Municipal de Educação e Câmara de Vereadores. Constatamos com a pesquisa que o MORIVA participa de forma limitada das discussões das políticas públicas de educação do campo do município local.

**Palavras-chave:** Movimentos sociais; Educação do campo; Poder público municipal.

# ABSTRACT

This article is the result of field and bibliographic research that investigated how the participation of rural social movements has been taking place, specifically the Movement of Ribeirinhos and Ribeirinhas of the Islands and Várzeas de Abaetetuba (MORIVA) with the Municipal Public Power of Abaetetuba, among which we mention: Municipal Department of Education and City Council. We verified with the research that MORIVA participates in a limited way in the discussions of public education policies in the countryside of the local municipality.

**Keywords:** Social movements; Rural education; Municipal government.

# INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo principal discutir políticas públicas para a educação do campo do município de Abaetetuba no Estado do Pará, tomando como foco central de investigação o Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA), visando assim analisar as proposições políticas educacionais desse movimento para a realidade local. Para tanto, a presente pesquisa norteou-se nos seguintes objetivos específicos: Identificar a relação do MORIVA tanto com a Secretaria Municipal de Educação,

1Doutorando em Antropologia pelo Programa de Pós-graduaçao em Antropologia. Área de concentração: Antropologia Social (UFPA). Professor do Programa Pro-jovem Campo Saberes da Terra. Servidor público da Secretaria Municipal de Educação (Semec). Abaetetuba, Pará, Brasil. ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0001-8747-5276> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7733457193346475>

.E-mail: [rosenildocosta@bol.com.br.](mailto:rosenildocosta@bol.com.br)

2 Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora da Escola Municipal Nossa Senhora do Carmo. Abaetetuba, Pará, Brasil Lattes: . [http://lattes.cnpq.br/3893457034776266.](http://lattes.cnpq.br/3893457034776266) E-mail- [josielerodrigues25@hotmail.com](mailto:josielerodrigues25@hotmail.com)

RELPE - Revista Leituras em Pedagogia e Educação Arraias (TO), v. 5, n. 1, p. 112-127, e-ISSN: 2447-6293, 2022

como com o Poder legislativo local. Como metodologia usamos a abordagem da pesquisa qualitativa e a entrevista como instrumento de coleta de dados.

O texto encontra-se estruturado em três seções, além da introdução e considerações finais, sendo que na primeira destacamos os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, em segundo momento evidenciamos a autonomia dada pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) aos municípios, em terceiro momento analisamos como vem se dando a atuação do MORIVA enquanto movimento social que representa os interesses das comunidades ribeirinhas com o segmento do Poder Público do município de Abaetetuba.

Para tanto, apresentamos os resultados da pesquisa de campo feita com diferentes sujeitos atrelados ao nosso objeto de investigação, ou seja, com representantes do poder público local (Secretário de Educação e dois parlamentares do poder legislativo, sendo um deles representante do governo local3 e outro da oposição4) e dois membros do movimento social de representatividade do povo ribeirinho do município de Abaetetuba, no caso, o Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba.

Finalizamos o texto com as considerações finais acerca do que foi compreendido no decorrer desta pesquisa, bem como dos resultados obtidos.

# PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Este trabalho foi realizado com base em uma pesquisa qualitativa, que segundo Chizzotti (2005, p.79):

(...) parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito (...). O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.

O estudo teve como procedimento metodológico a pesquisa de campo5 sobre a participação dos movimentos sociais e sua relação com o Poder Público do município de Abaetetuba e visa analisar a correlação de ambos no que se refere à produção de políticas educacionais para a população do campo do referido local.

Para Lakatos e Marconi (1996, p.186):

3 Empregamos aqui o conceito de vereador representante do poder local para nos referirmos ao vereador alinhado as concepções políticas do prefeito (a), contribuindo assim para aprovação de projetos e políticas de interesse do seu governo na Câmara Municipal.

4 No que se refere ao conceito de vereador de oposição este reflete a corrente política divergente ao do prefeito (a), fazendo por isso oposição a determinadas políticas contrárias ao pensamento do partido e que traga prejuízo a população local.

5 A pesquisa de campo ocorreu em 2011 e os dados do estudo reflete este mesmo ano.

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

Antecipadamente à pesquisa de campo propriamente dita, fizemos uma análise de referencial teórico na área em estudo em que consultaremos autores como: Arroyo (2004), Caldart (2004), Molina (2004), Meirelles (1993), Gohn (2001), entre outros que subsidiaram na produção deste trabalho de pesquisa.

Como técnica de coleta de dados, utilizamos primeiramente a entrevista semi- estruturada, em que “o entrevistador faz perguntas específicas, mas também deixa que o entrevistado responda em seus próprios termos” (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNADJER, 1998, p. 168).

Essa pesquisa de campo teve como enfoque principal averiguar se o Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA) tem participação junto ao poder público, entre eles, o poder legislativo e a Secretaria Municipal de Educação do município em questão e em que resulta esta participação. Assim sendo, dos entrevistados, selecionamos duas pessoas de representatividade do MORIVA (Nonó e Assopra6), o então Secretário de Educação e dois vereadores do poder legislativo, pertencentes a Comissão de Educação da Câmara Municipal, sendo um representante do governo local e outro da oposição, possibilitando neste sentido a verificação da participação de diferentes partidos políticos junto ao MORIVA quanto à discussão de políticas educacionais públicas do município de Abaetetuba. Portanto, esses foram os sujeitos de nossa investigação no decorrer deste trabalho de pesquisa de campo.

Como facilitadores da pesquisa, os instrumentos que utilizamos para a coleta de dados foram: gravador, canetas, papel, entre outros.

Depois de realizado todos esses procedimentos de pesquisa e leitura do referencial teórico, analisamos os dados coletados e verificamos a importância da relação dos movimentos sociais para com a educação do campo no município de Abaetetuba, e qual sua relação com a esfera pública do poder local.

6 Os nomes Nonó e Assopra são como esses dois líderes do Moriva são conhecidos na localidade onde residem, isto é, são os apelidos deles.

# AUTONOMIA DOS MUNICÍPIOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Um dos pontos considerados relevantes na história da educação no Brasil foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, que atribui aos municípios a autonomia para legislarem sobre seus sistemas de ensino. O poder público municipal passa a ser considerado como uma entidade de educação, assim como a União, os Estados e o Distrito Federal.

O artigo 211 da Constituição Federal de 1988 deixa claro em seu inciso 2º que “os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar”.

Na atual Constituição, a elaboração de projetos políticos pedagógicos fica sob a responsabilidade da esfera do poder local, uma vez que o município é o órgão que, evidentemente, encontra-se mais próximo das especificidades reais de sua localidade.

Segundo Meirelles (1993, p.332): “Realmente, o município é a entidade estatal que se encontra mais próxima da comunidade e em contato direto com seus membros, sendo, por isso a indicada para promover o ensino primário como um prolongamento do lar”.

Com essa percepção da autonomia dos municípios queremos incluir a importante participação da sociedade civil, em especial dos movimentos sociais no que se refere à construção das políticas educacionais públicas do município de Abaetetuba, visto que a construção coletiva é necessária para proporcionar o diálogo entre todos os envolvidos com o futuro do processo educacional brasileiro.

Na Constituição Federal (CF) vigente compreenderam a questão da proximidade do município com seu sistema de ensino. Resta agora os representantes do governo municipal de Abaetetuba refletirem de que os movimentos sociais são os que estão mais próximo ainda da educação e, especificamente da educação do campo, sendo, portanto, estes os ideais para garantir, pelo menos, a nível da gestão municipal o direito de participarem ou até mesmo discutirem possíveis políticas educacionais para a população do campo.

Estamos querendo vincular educação com o movimento social, o que significa isso! Significa que acreditamos que a educação se tornará realidade no campo somente se ela ficar colada ao movimento social. Mais ainda, acreditamos que o próprio movimento social é educativo, forma novos valores, nova cultura, provoca processos em que desde a criança ao adulto novos seres humanos vão se constituindo (ARROYO, 2004, p. 68 - 69).

Portanto, necessitamos compreender que para discutir políticas educacionais para o campo, os movimentos sociais são importantes representações de lutas e de conquistas que

tenham como fim melhorias no cotidiano do meio rural. Dessa forma, para o progresso sócio- educativo deste meio é preciso que tenhamos uma formação educativa atrelada aos movimentos sociais que, por sua vez é caracterizado como “um novo ator histórico enquanto agente de mobilização e pressão por mudanças sociais” (GOHN, 2001, p.16). Assim, a educação não se limita apenas ao processo de ensino aprendizagem presente nas escolas, já que está presente também no processo de luta dos movimentos sociais.

Nesse aspecto, o sujeito atrelado aos movimentos sociais se torna um cidadão coletivo7, já que se baseia nos interesses de sua coletividade para reivindicar seus direitos.

Segundo as considerações de Arroyo (2004, p.54):

Os Movimentos Sociais vêm fazendo uma longa e tensa caminhada para colocar o campo na agenda pública. Os estados e mais particularmente os municípios percebem que a gestão da chamada educação rural está a exigir uma redefinição profunda. O Ministério da Educação passou a preocupar-se com equacionar uma agenda específica para a educação do campo. Avança, assim, a consciência da necessidade de uma Política Pública da Educação do Campo. [grifo nosso]

# RELAÇÃO ENTRE MOVIMENTO SOCIAL (MORIVA) COM O PODER PÚBLICO MUNICIPAL DE ABAETETUBA

Neste tópico apresentamos os resultados da pesquisa de campo que foi realizado com os sujeitos objeto de nossa investigação. Após a coleta dos dados e análise verificamos se o Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA) participa juntamente com o poder público local da construção das políticas públicas de educação do município.

Salientamos ainda as falas dos entrevistados no decorrer desta produção com o objetivo de aprofundar os resultados dessa pesquisa, buscando responder se há ou não relação direta do MORIVA com o poder público do município em questão no que concerne a formulação de políticas de educação do campo da realidade local, e assim apontar reflexões sobre o papel dos movimentos sociais no que tange a construção de políticas públicas e no caso em questão relacionadas à educação.

7 A concepção de que o cidadão atrelado aos movimentos sociais se constitui em cidadão coletivo, fundamenta-se na proposta de Arroyo (2003, p. 37) onde afirma que “os movimentos sociais é que os coletivos são de todas as idades, gêneros e raças... Os sujeitos coletivos que se agregam e põem em movimento se se identificam com essas dimensões tão perenes. Eles nos remetem ao enraizamento de nossa condição e formação como humanos: a vida, o sobre-viver, as condições materiais, o lugar, o espaço, o corpo, a raça, a cor da pele, as temporalidades, o gênero, as relações mais básicas entre coletivos”.

As entrevistas analisadas neste texto se desenrolaram inicialmente a partir de quatro perguntas feitas igualmente para cada sujeito entrevistado. São elas: O que você entende por Educação do campo? Há políticas públicas destinadas a Educação do Campo no município de Abaetetuba? O Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA) participa das discussões das políticas públicas de educação? e Qual a contribuição do MORIVA para a construção de políticas para a educação do campo?

A primeira pergunta se deu pela necessidade de verificarmos o grau de entendimento dos sujeitos em relação ao tema Educação do Campo para que pudéssemos dar uma direção à pesquisa tendo a educação do campo como referência.

Assim, observamos nas respostas as seguintes considerações:

Os representantes do MORIVA, a nosso ver, conceituaram a Educação do Campo de forma parcial, pois apesar de a evidenciarem como uma educação “para os trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar” (Assopra MORIVA), delimitaram o conceito a uma única modalidade de ensino, no caso, o Ensino Superior, principalmente em relação ao curso Pedagogia das Águas8 do Campus da UFPA de Abaetetuba, citado como uma conquista do MORIVA em parceria com outros movimentos sociais do município. Vejamos a resposta:

Educação do Campo é uma oportunidade que nós temos conseguido através da universidade (...) e hoje a gente temos vários cursos né, como o curso do PRONERA, é, que dá a possibilidade da gente conseguir essas vagas para que a nossa juventude comece a estudar e fazer parte dessa educação (Assopra MORIVA).

O mesmo ocorreu com o vereador representante do governo local ao afirmar que “essas pessoas vão ter acesso a um projeto ligado a educação como o projeto de vocês que eu tenho conhecimento que é o Pedagogia das águas” (Vereador representante do governo local).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) não menciona em nenhum momento a educação de nível superior para os filhos dos trabalhadores do campo, o que está registrado também no próprio artigo 3º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002) ao afirmar que,

O poder Público, considerando a magnitude da importância da educação escolar para o exercício da cidadania plena e para o desenvolvimento de um país cujo paradigma tenha como referências a justiça social a solidariedade e o diálogo entre todos, independentemente de sua inserção em áreas urbanas ou rurais, deverá garantir a sua

8 Curso financiado pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) destinado aos ribeirinhos assentados do município de Abaetetuba-Pa.

universalização do acesso da população do campo à Educação Básica e à Educação Profissional de Nível Técnico.

Pela necessidade dessa modalidade de ensino para a população do campo é que os movimentos sociais se articulam no sentido de pressionar o estado para conquistar tais direitos. O que é possível observar, aos poucos, essa conquista nas turmas de educação superior financiada pelo PRONERA e pelo mais recente Programa de Educação do Campo PROCAMPO.

Já nos relatos do Vereador da Oposição, bem como do Secretário de Educação, observamos um conhecimento mais amplo sobre o assunto, uma vez que possuem a ideia de uma educação diferenciada para o campo no sentido de adaptações no currículo, formação de professores e valorização da realidade dos educandos, etc.

(...) diversificada com a realidade do povo que mora no campo, haja vista que a realidade educacional da zona rural, da zona rural com a zona urbana é totalmente diferenciada, não do conteúdo específico programático, mas das metodologias aplicadas pelos educadores e da realidade dos educandos daquela localidade (Vereador da oposição).

Precisamos ter um currículo adaptado pra essa escola, precisamos ter profissionais formados para essa realidade e, sobretudo respeitando as particularidades da cultura local, da identidade desse povo que em Abaeté isso é muito forte (Secretário de Educação).

A mesma questão é confirmada pela Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo em seu artigo 2º do parágrafo único. “A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva” (...).

Com base em proposições semelhantes, propõe Arroyo (1982, p. 3):

...tratar a educação rural como uma área específica da política educacional, e que se propõe como saída, a adaptação dos programas, conteúdos e cartilhas à especificidade cultural e à satisfação das necessidades básicas das “populações carentes” do campo.

O Vereador da Oposição também considerou as lutas dos movimentos sociais ao conceituar educação do campo “Eu creio que foi uma conquista do movimento social que há muito tempo vem travando pra que a política educacional pudesse ser tratada de forma diferenciada”.

Em relação à segunda pergunta, a maioria dos entrevistados afirmaram haver políticas públicas para a educação do campo no município, entretanto, citaram ações realizadas apenas pelas esferas estaduais e federais e, não a nível municipal. Dentre as afirmações, citamos os discursos dos integrantes do MORIVA ao mencionarem que: “(...) através do Governo Federal né tá tendo essas políticas públicas pra todas as pessoas do campo” (Nonó MORIVA) e que “(...) a política que nós temos pra educação do campo ainda é encaminhada através do Governo Federal, através do INCRA né, e através do programa, que, do PRONERA” (Assopra MORIVA). Citamos também as considerações do Vereador da Oposição:

É, há muitas linhas de política, mas se você me perguntar se há uma política municipal, da prefeitura municipal efetivamente sobre a política do campo, não. (...) existe políticas sendo implementadas no município, mas direcionada por um dos entes federados, no caso Governo Estadual e Federal no município.

Entretanto, o Secretário de Educação, afirmou haver políticas públicas municipais de educação do campo, porém, em fase inicial, através da constituição de uma coordenação específica para a Educação do Campo na Secretaria Municipal de Educação do município.

Sim. Até ainda pouco eu te dizia, não existia, nós discutíamos educação do campo, tínhamos uma comissão que se discutia isso a nível regional, mas em Abaetetuba isso não tava legitimado. Hoje nós temos uma coordenação que vai se apropriar dessa demanda toda pra que a gente possa ter bem mais próximo a realidade de Abaetetuba. (...) O passo inicial da implementação das políticas propriamente dita sem duvida alguma é a diagnose, é o momento que a gente tá vivendo.

Já o Vereador representante do governo local destaca as dificuldades financeiras do município bem como a existência de uma espécie de parceria com as outras esferas de governo ao enfatizar que “o município, geralmente, ele entra com uma contrapartida, ele é parceiro tanto no estadual como no federal, ele não entra mais porque o município às vezes ele depende de recursos, pra poder elaborar projetos e fazer a aplicabilidade”.

Considerando a terceira pergunta relacionada à participação do MORIVA nas discussões referentes às políticas públicas, podemos dizer que é unânime a consideração de que há participação do Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba nessas discussões.

Entre os discursos dos vereadores destacamos a fala do Vereador representante do governo local ao dizer que “percebe a presença do MORIVA em algumas reuniões, algumas

ocasiões em que se discute questão de segurança, social, educação”. O Vereador da Oposição mencionou que,

(...) percebe que a “companheirada” do MORIVA, que faz parte em Abaetetuba, milita nessa área há muito tempo, trazendo propostas, seja em qualquer tipo de plenária, audiência, associação, indo instigar os órgãos públicos nos vários entes federados e tem sim verdadeiramente participado.

Conforme os representantes do Movimento, a participação se dá principalmente através do FORECAT, que de acordo com Assopra (MORIVA) “é uma organização a nível nacional, estadual, municipal, regional (...) que faz parte da luta pela educação do campo”, no qual o MORIVA está representado pelo seu coordenador, o que se confirma no discurso de Nonó (MORIVA) ao afirmar que,

Com certeza, inclusive nós temos, o coordenador do MORIVA hoje, ele faz parte do FORECAT né, ele faz dessa organização né, desse grupo do FORECAT, pra conseguir através disso aí, conseguir nossas políticas públicas através da educação do campo.

O Secretário de Educação apesar de reconhecer a participação do MORIVA enquanto movimento social, não recebe o mesmo como representatividade do povo ribeirinho, uma vez que as discussões referentes à educação da localidade são feitas por todos os integrantes de uma comunidade e não apenas por aqueles que fazem parte do Movimento.

(...) eu não recebo o MORIVA como representatividade, eu estou nas ilhas pra garantir a representatividade do governo lá e quando eu faço a discussão na comunidade como um todo, o MORIVA tá presente, aquele que não faz parte do movimento tá presente, o pai o aluno tá presente, a comunidade educacional está lá na reunião (...) aí eu digo a vocês, com todo respeito ao movimento, eu prefiro estar no nicho, no meio deles pra ouvi-los, pra discutir, pra que a gente possa apontar coletivamente e aí colocando os problemas.

Ao questionarmos as contribuições do MORIVA para construção de políticas para a Educação do Campo, os representantes do Movimento citaram as conquistas referentes aos cursos para o ensino superior, no sentido de buscarem, em parceria com outros movimentos sociais do município, recursos a nível federal. Assopra (MORIVA) explica passo a passo sobre como se deram essas conquistas,

(...) o primeiro trabalho nosso é fazer o levantamento da demanda (...) nós temos todo esse levantamento e temos o coordenador do MORIVA (...) pra organizar tudo isso e levar essa demanda pra gente conquistar esses espaços, primeiro em Brasília, porque tem que vir recurso financeiro né, pra custear toda essa despesa, contratação de professores etc. E depois na universidade com as parcerias, sindicato, colônia de pescadores, é o SINTEP, e tudo isso é uma coisa que a gente constrói com parceria de movimento social.

Essa mesma ideia é aprofundada por Nonó (MORIVA) ao afirmar que “foi conseguido através de vários movimentos: o Sindicato, Colônia, AMIA, aí o MORIVA né, eles conseguiram através do movimento”.

Além do curso Pedagogia das Águas já citado, Assopra (MORIVA) salientou a Licenciatura em Educação do Campo, recém-chegada ao Campus de Abaetetuba,

(...) e nós temos agora uma nova prova da universidade e concluímos que vários alunos nossos (sessenta alunos) do regional de vários municípios: Abaetetuba, Barcarena, Mojú, Igarapé Miri, foram aprovados para cursar o curso superior da universidade.

Mais adiante, o Vereador representante do governo reforça a contribuição do MORIVA enquanto movimento social, que luta em prol da efetivação de projetos ligados a educação ribeirinha.

Olha, acredito que uma entidade como o MORIVA é, deve ter vários fatores, vários projetos ligados a educação (...) principalmente de baixa renda que não tem uma suficiência financeira pra poder ir buscar um projeto, um curso particular. Eu acredito que o MORIVA, ele seja um defensor dessa questão aí. Uma associação (...) como o MORIVA (...) a partir do momento em que ela implanta um projeto, ela busca um projeto, ela discute um projeto, ela tá sendo sim um incentivador positivo dessa área. (...) acredito que ele acompanhe todos os projetos que venham beneficiar o ribeirinho.

Diferenciando-se dos outros entrevistados já citados até aqui, o Vereador da oposição expõe a contribuição do MORIVA no sentido do mesmo ter condições de adequar às políticas educativas advindas do Governo Federal à realidade campesina de Abaetetuba, uma vez que possui conhecimento profundo sobre essa realidade, o que não ocorre com aqueles que discutem a educação à nível nacional.

(...) os nossos representantes em Brasília (...) eles elaboram a política nacional, mas não conhecem a realidade da ponta, da onde essa política tem que ser efetivada, o MORIVA aí entra com um papel importante, porque o MORIVA é um movimento de companheiros ribeirinhos que conhece a realidade do povo, então ele pode contribuir de forma efetiva com propostas que possam agregar o que tá vindo a nível federal,

arrumar e fazer a política da região, da localidade, tipo, o Plano Nacional de Diretrizes da Educação, pode ser enxertado com as propostas do MORIVA pelo conhecimento que tem da realidade do povo que mora na zona rural, ilhas, e no caso, o povo da zona rural como um todo do município de Abaetetuba, que efetivamente, é a melhor contribuição à aplicabilidade da política nacional de educação.

Esse conhecimento do MORIVA também é lembrado pelo Secretário de Educação ao relatar que “não podemos negar que pra ser conhecedor da realidade a gente tem que viver a realidade e o MORIVA como um movimento que vem das ilhas de Abaetetuba, eles sem dúvida, conhecem essas ilhas como ninguém”.

O Secretário também salienta uma possível contribuição do MORIVA no que tange a construção do Plano Municipal de Educação, que segundo o mesmo, terá um capítulo inteiro falando sobre Educação do Campo, pois,

(...) a coordenação municipal que a SEMEC já instituiu para a educação no campo, chamar o MORIVA pra que nós possamos, numa discussão ampliada, traçar essas diretrizes.

Então o MORIVA é extremamente importante pra discussão pra que a gente possa construir (...) de forma democrática e coletiva, o nosso Plano Municipal de Educação (...) na discussão do plano municipal nós temos um capitulo inteiro que fala de educação no campo. (Secretário de Educação).

Posterior as quatros perguntas introdutórias, num intuito de verificarmos qual a relação do Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba com a Câmara Municipal de Abaetetuba, bem como com a Secretaria Municipal de Educação, foi feita uma pergunta com o mesmo enfoque, porém, com o comando diferenciado para cada entidade.

Para os representantes do MORIVA, perguntamos: Qual a relação do MORIVA com a esfera pública do poder local, no caso com o Poder Legislativo e com a Secretaria Municipal de Educação no que se refere à construção de políticas públicas educacionais para o campo? Para os vereadores foi feita a seguinte pergunta: Qual a relação da Câmara municipal (comissão de educação) com o MORIVA no que se refere à construção de políticas públicas educacionais para o campo? E para o secretário a pergunta foi: Qual a relação da Secretaria Municipal de Educação com o MORIVA no que se refere à construção de políticas públicas educacionais para o campo?

Analisando primeiramente as respostas concernentes a relação entre MORIVA e Câmara Municipal de Abaetetuba, observamos que, tanto os representantes do MORIVA como

os vereadores entrevistados, deixam a cargo da outra entidade a responsabilidade de iniciar as discussões sobre educação. Vejamos as falas dos representantes do MORIVA,

(...) apesar de nós termos é três vereadores do partido dos trabalhadores o qual sempre na zona rural é mais estruturado, mas a gente nunca foi incluído com eles pra gente fazer parte de alguma discussão sobre educação né, e também nesse novo governo que já tem dois anos também a gente nunca foi convidado pra nenhum debate sobre educação municipal, educação estadual (Assopra MORIVA).

A gente não tem tanto acesso né, lá na Câmara né, a gente não tem, dificilmente a gente vai lá né, porque, por causa disso, que a gente não tem tanto acesso né. Chegar lá, por exemplo, pra debater alguma coisa a gente não tem a gente não participa quase, aqui como movimento a gente não participa (Nonó MORIVA).

Se de um lado o MORIVA espera ser chamado pela Câmara para discutir educação, do outro lado, há também uma espera por parte do vereador representante do governo em receber um convite para debater com o Movimento a mesma questão.

(...) a comissão nunca foi convidada pra discutir nenhum projeto do MORIVA em relação à construção de políticas públicas no campo, nós gostaríamos até de ser convidado, mas até hoje a câmara não foi convidada, a comissão não foi convidada, se foi convidada não chegou até a gente o convite, entendeu, não sei como é que acontece, mas a Câmara também ela tem interesse de discutir, a comissão tem interesse de discutir (...). (Vereador representante do governo).

Constatamos que a burocratização do espaço público no Brasil tem dificultado a comunidade de modo geral a participar de aspectos importantes que dizem respeito a sua realidade, neste caso, a educação de seu local. A documentação tem sido o elo entre as esferas públicas de poder e a população no sentido de manter um relacionamento entre ambos, pois geralmente um órgão público só participa da reunião de outro quando lhe é convidado através de documento oficial, assim também acontece com a relação entre poder público e sociedade civil. Neste mesmo pensamento afirma Gohn (2001, p. 26) “O relacionamento com o poder público passa por mecanismos burocratizados. Petições, ofícios, abaixo-assinados, cartas, às chefias de gabinete, protocolos” etc.

Assim, entendemos que há uma relação de distanciamento entre as entidades, o que é considerado também pelo Vereador da oposição.

Existe uma, pra nós assim, existe uma relação um pouco afastada, eu não digo da câmara, do poder legislativo, do poder executivo, dos poderes instituídos do município, aí até o judiciário a gente coloca (...). Eu vou falar que existe um

distanciamento do debate com o movimento. (...) Então hoje, hoje não temos debatido com o poder legislativo a educação no campo com o MORIVA (Vereador da oposição).

Para o vereador, também é necessário que o MORIVA se aproxime do Poder Legislativo e o provoque para o debate, pois em sua concepção, o Movimento tem se afastado de algumas questões decisivas para o município, além do mais, pelo histórico da Câmara, às vezes em que houve aproximações da instituição com outras entidades, a finalidade foi de discutir o orçamento público e não no intuito de se aproximar dos movimentos sociais para se desenrolar um debate.

Eu creio que a representação política, seja em legislativo, seja em executivo, ele necessita muitas das vezes ser provocado por alguns debates. O legislativo, durante eu me lembrar, ele só convida entidades pra discutir um orçamento público (...). Então o MORIVA deveria se aproximar um pouco do legislativo e o legislativo criar essa necessidade de tá fazendo esse debate (...). Até porque, no nosso entendimento, o movimento, ele ficou ligado a outras questões e desliga da onde, do núcleo das decisões institucionais do município (Vereador da oposição).

Quanto às respostas direcionadas a relação entre o MORIVA e a Secretaria municipal de Educação, ambos os lados apontam para uma mesma afirmação, ou seja, não há relação entre as duas entidades.

Nonó (MORIVA) relata que o movimento “trabalha é mais do que, individual né o nosso trabalho, não tem assim uma relação com a Secretaria”.

Assopra (MORIVA) diz que,

Não, até agora a gente não tem nenhuma relação, nem de aproximação, de organização né, de parceria, pra melhor dizer, a gente não tem, mas também não temos nem mais ação de conflito né. Então eles trabalham na questão da gestão municipal e nós trabalhamos na gestão de movimento social né.

Vale ressaltar que para Assopra (MORIVA), a relação não existe em virtude dos atuais objetivos educacionais do MORIVA não perpassarem pela esfera municipal, que por sua vez, é responsável pela educação no município nas modalidades de educação infantil e fundamental, o que para o mesmo vem se desenvolvendo de forma satisfatória, até por conta das inúmeras lutas travadas pelos movimentos sociais há tempos atrás.

Como a educação que nós lutamos, é, ela não perpassa, é, pela, pelas esferas municipais, a gente vamos fazendo a nossa luta né, em busca daquilo que precisamos

e ainda não temos uma necessidade de ter um debate com a Secretaria Municipal. (...) até porque, graças a Deus, nós tivemos uma luta há muitos anos, é, através da Paróquia das Ilhas, da AMIA, da Colônia de Pescadores e, graças a Deus, aí, essa educação hoje nas ilhas, a gente acha que tá regular, né, a educação. (...) não existindo necessidade, é claro que a gente não vai pro embate ou não vai lutar por uma coisa que está acontecendo, né, a gente tá lutando no caso, pela educação do ensino superior porque é uma coisa que pra nós não existia e hoje isso daí, existe uma necessidade hoje então lutamos em busca dessa possibilidade (Assopra MORIVA).

Então, percebe-se que atualmente, o MORIVA luta mais pela necessidade de oportunizar o acesso da população do campo do município de Abaetetuba ao ensino de nível superior, o que é de responsabilidade dos Governos Estaduais e Federal, daí o motivo do MORIVA ter uma maior aproximação com o Governo Federal. Nonó MORIVA confirma essa afirmação ao relatar que a relação do movimento “é mais com o federal”.

Já nas considerações do Secretário, há uma relação da Secretaria diretamente com o povo ribeirinho, concebendo o Movimento “não por alguém que constitui de fato né o MORIVA, mas por aqueles que residem nas ilhas, por aqueles que são moradores, por aqueles que buscam as melhorias e consequentemente acabam sendo do movimento”.

Reforçando a ideia, também afirma,

Nós não tivemos assim, nenhuma relação direta com a representatividade do movimento do MORIVA, nós tivemos os contatos nas localidades, onde sem dúvida alguma o MORIVA estava presente, porque o MORIVA são todos aqueles que estão nas ilhas né, todos aqueles que estão nas ilhas, o caráter de representatividade deles através do movimento (...).

O Secretário apontou uma relação com outro movimento social do município, no caso, a AMIA, enfatizando que “já estivemos em ações coletivas, em somatórias de esforços, junto com a AMIA que é também uma associação que está nas ilhas e que nós temos várias parcerias que estão em andamento”.

De acordo com esses dados, podemos dizer que na realidade educacional de Abaetetuba a educação do campo não foi efetivada. O que mostra a dificuldade de nossos representantes em implementar a mesma nessa realidade.

As políticas de educação do campo estão apenas em fase de discussão. O que nos faz pensar que já é um grande avanço, todavia, sabemos que muito mais precisa ser feito no sentido de ampliar esses debates e efetivar realmente essas políticas para essa parcela da população brasileira, que são os camponeses.

Outra questão extraordinariamente relevante é que o poder público local, dentre eles o poder legislativo e a secretaria de educação afirmam que um movimento como o MORIVA tem muito a contribuir com o município em relação ao que compete a área educacional visto que esse movimento é conhecedor da realidade em que vivem os trabalhadores, porém, mesmo reconhecendo o potencial do MORIVA enquanto movimento social, na prática, não relacionam o mesmo com a esfera pública municipal. Neste sentido, há uma contradição muito significativa no discurso dos representantes de governo.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa nos permitiu chegar às seguintes conclusões: o Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA) participa de forma limitada das discussões das políticas públicas de educação do município de Abaetetuba, e constatamos que um dos motivos é que esse movimento não tem muito interesse em lutar pela educação municipal, uma vez que o município já oferece esse nível de ensino a todos os cidadãos brasileiros, ou seja, ele já se universalizou.

Percebemos também que a qualidade do ensino é algo de pouca relevância para o movimento. Portanto, o MORIVA tem intensificado sua luta pela conquista da educação de nível superior para a população do campo. Esta que ainda é privilégio de poucos.

Um outro motivo que dificulta a participação do MORIVA é a complexa situação do Poder Público em não ter uma relação direta com os movimentos sociais. Para eles, esses movimentos querem interferir na estrutura política do governo. Neste sentido, percebemos nas falas dos entrevistados que não há uma relação de dialogicidade e participação do poder público municipal com o Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA) no que tange a formulação de políticas de educação que venham suprir as necessidades da realidade dos sujeitos do campo. Essa fragilidade dificulta e contribui para a não implementação da educação, levando em consideração às especificidades locais.

Além disso, observamos uma forte influência político partidária nos discursos dos entrevistados, mesmo que de forma sublimada, o que não impede a interferência dessa divergência no cenário educacional Abaetetubense.

Portanto, se formos pensar em traçar ou implementar a educação no/do campo no nosso município, todos os envolvidos terão que ter em mente o que é na realidade a Educação do Campo, e mais, os movimentos sociais terão sim que se fazer presente, a fim de dialogar com

a esfera pública do poder local. A partir dessas ações, ou seja, com a participação dos que conhecem a especificidade do campo, devendo haver uma construção coletiva, coerente e condizente com a realidade campesina.

O trabalho também nos permite concluir que há uma contradição entre os entrevistados, sejam eles do movimento social, da câmara de vereadores ou da secretaria de educação. Quando se trata do incentivo ao diálogo visando à construção de políticas públicas parece haver um distanciamento das partes envolvidas.

# REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A.J; GEWANDSZNADJER, F. *O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa.* São Paulo: Pioneira, 1998.

ARROYO, Miguel. *Escola, Cidadania e Participação no Campo*. *Em Aberto,* Brasília, INEP v. 1, n. 9: 1-6, set 1982.

ARROYO, Miguel. *Pedagogias em Movimento – o que temos a aprender dos movimentos sociais?* Revista Currículo sem Fronteiras, v. 3, n. 1, pp. 28-49, jan/jun, 2003.

ARROYO, M. G. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S. E MOLINA, M. C. (orgs). *Por Uma Educação do Campo*. Vozes, 2004.

BRASIL, *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.* Resolução nº 1, de 3 de Abril de 2002.

. *Lei de Diretrizes e bases 9394\96*, Brasília (DF), 1996.

*. Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, Centro Gráfico, 1988.

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. 7ª.ed.São Paulo: Cortez, 2005.

GOHN, Maria da Glória Marcondes**.** *Movimentos Sociais e Educação*. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Fundamentos de metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 1996.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Municipal Brasileiro*. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 1993.

***Submetido em*:** outubro de 2021. ***Aprovado em*:** janeiro de 2022. ***Publicado em*:** junho de 2022.